

Universidades Lusíada

Sousa, Eduardo Manuel Oliveira e, 1985-
Rocha, José Henrique Costa, 1992-

Eleições parlamentares na Nova Zelândia (14 de Outubro de 2023)

<http://hdl.handle.net/11067/7486>

<https://doi.org/10.34628/Z454-8C97>

Metadados

Data de Publicação	2023
Editor	Universidade Lusíada Editora
Palavras Chave	Eleições - Nova Zelândia
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ILID-CEJEIA] Polis, s. 2, n. 08 (Julho-Dezembro 2023)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-04-19T01:01:48Z com
informação proveniente do Repositório

Eleições parlamentares na Nova Zelândia (14 de Outubro de 2023)

Eduardo Oliveira e Sousa¹
José Costa Rocha²

DOI: <https://doi.org/10.34628/Z454-8C97>

1. Introdução

No passado dia 14 de outubro de 2023, os neozelandeses voltaram às urnas para votar nas eleições legislativas, eleições que decorreram de acordo com a legislação eleitoral em vigor, legislação já anteriormente analisada pelo “Observatório Eleitoral Internacional”.³ Após a reeleição a 17 de outubro de 2020, o *Labour Party* contou com a popular Jacinda Ardern até 25 de janeiro, tendo sido substituída pelo novo líder do partido trabalhista Chris Hipkins, que governou até ao final do mandato. Infelizmente a curta liderança de Hipkins foi marcada pela fraca resposta aos desastres naturais as cheias no início do ano de 2023⁴ e daquelas resultantes do Ciclone Gabrielle⁵, o que é potencialmente demonstrado pelos resultados eleitorais observados neste ano eleitoral.⁶ As questões mais relevantes na campanha eleitoral decorreram de vários eventos não só a nível interno, mas também questões políticas internacionais. Falamos aqui, por um lado, do aumento do custo de vida em razão de uma possível recessão económica chinesa – o maior parceiro comercial da Nova Zelândia – assim como a subida generalizada dos preços dos alimentos e fertilizantes devido à subida do preço do combustível resultante da guerra da Ucrânia, e por outro lado, da

questão da “co-governança” entre os habitantes de descendência europeia (*Pākehā*) e os Maori, fortemente combatida pelos partidos da direita, cuja discussão continua até aos dias de hoje, especialmente em razão de várias de medidas de descentralização implementadas pelo governo anterior.

Algumas destas questões poderão explicar, como se verá, a migração de eleitores da esquerda para a direita, com o *Labour Party*, de natureza social-democrata, a perder votos para o *National Party* de um cunho conservador. Para além dos maiores partidos, *Labour* e *National*, também participaram nas eleições os já conhecidos partidos dos verdes (*Green Party*), o *ACT Party*, o partido Maori (*Te Pāti Māori*), o *NZ First Party*, que regularmente obtêm mandatos parlamentares, assim como outros partidos mais pequenos, nomeadamente alguns cuja fundação se deu no ano anterior às eleições e até mesmo em 2023.⁷ Veja-se a tabela explicativa do posicionamento político-partidário na Câmara dos Representantes *infra*:

Tabela de posicionamento político-partidário na Câmara dos Representantes

Partido	Criação	Assento Parlamentar	Posicionamento Político
National Party	1936	Partido com maior representação no Parlamento, segundo com assento mais à direita no Parlamento ocupando todo o lado direito do hemiciclo, parte da solução de Governação	Partido que liderou a Nova Zelândia em 5 governos, além do atual, nos anos de 1949–1957, 1960–1972, 1975–1984, 1990–1999 e de 2008-2017. Conforme indica o nome, é um partido nacionalista com uma tendência mais protecionista da economia interna e liberal em política interna. Apresenta como valores a lealdade ao país, segurança nacional e individual, igualdade de cidadania e de oportunidade; liberdade individual e de escolha, responsabilidade pessoal, concorrência e premiação do mérito, governo limitado (pequeno e pouco interventivo), famílias e comunidades unidas, desenvolvimento sustentável, “os nossos valores são os valores <i>Kiwis</i> ”. ⁸

1 Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada, Porto. Investigador Integrado do Observatório Eleitoral Internacional do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais da Universidade Lusíada (CE-JEIA-UL).

2 Doutorando em Direito na Escola de Direito da Universidade do Minho. Investigador Colaborador do Observatório Eleitoral Internacional do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos, Internacionais e Ambientais da Universidade Lusíada (CE-JEIA-UL).

3 Cf. nesse sentido, MONTEIRO, M. e MIRANDA, B. (2020) – Eleições Nova Zelândia (17 de outubro de 2020). Polis. Vol. 2, n.º 2. Disponível [Em linha] em: <https://doi.org/10.34628/bp5b-yv48> (consultado a 4 de março 2024).

4 Vide, noticiado pelo *Newsroom* da Nova Zelândia, a 29 de janeiro de 2023, disponível [Em linha] em: <https://newsroom.co.nz/2023/01/28/the-auckland-floods-are-a-sign-of-things-to-come/> (consultado a 26 de fevereiro de 2024).

5 Vide, noticiado pela *Euronews*, a 14 de fevereiro de 2023, disponível [Em linha] em: <https://pt.euronews.com/2023/02/14/ciclone-gabrielle-provoca-o-chaos-na-nova-zelandia> (consultado a 26 de fevereiro de 2024).

6 Isto é, o facto de que os eleitores dos círculos eleitorais de Auckland, descontentes com a atuação do governo trabalhista durante a crise das cheias na sua região, decidiram votar no partido nacional.

7 O caso dos partidos *Freedom NZ*, *New Nation*, *Animal Justice*, *Leighton Baker Party*, *New Zealand Loyal* e *Women’s Rights*.

8 Para mais informações sobre o *National Party*, vide o sítio do Parlamento neozelandês, disponível [Em linha] em: <https://www.parliament.nz/en/mps-and-electoral-political-parties/national-party/> (consultado em 4 de março de 2024).

Partido	Criação	Assento Parlamentar	Posicionamento Político
Labour Party	1916	Partido da oposição com maior representação no Parlamento.	Partido que liderou a Nova Zelândia em 6 governos, nos anos de 1935-1949, 1957-1960, 1972-1975, 1984-1990, 1999-2008 e de 2017-2023. Com uma posição Social Democrata, cujos objetivos passam por: construir e manter na economia no país o seu potencial intelectual, de competências e de esforço; garantir uma distribuição justa dos recursos e serviços do Estado para beneficiar todos os cidadãos; proteger e promover a liberdade e bem-estar de todos os cidadãos; ensinar e educar o público sobre o ideais social-democratas e cooperação económica e social. ⁹
	1995	Partido da oposição com assento à esquerda a seguir ao <i>Labour Party</i> .	Partido ecologista da Nova Zelândia, com enfoque na questões ambientais apresenta um conjunto de 4 pilares do seu pensamento político, nomeadamente: 1) <i>Ecological Wisdom</i> , ou seja “sabedoria ecológica”, compreendendo a ser humano como parte do mundo natural e a necessidade de priorizar a sustentabilidade; 2) Responsabilidade Social, ou seja, que num mundo com recursos limitados é importante uma distribuição justa e a compreensão que o crescimento ilimitado é impossível; 3) <i>Appropriate Decision-making</i> , significando a adequação das decisões e níveis de decisão ao princípios anteriores; 4) Não violência, portanto, a resolução pacífica dos conflitos. ¹⁰
ACT New Zealand	1995	Partido com assento a partir de metade do hemiciclo, faz parte da coligação de governo.	Partido de convicções liberais, com enfoque na autodeterminação individual, apontando como seu principal objetivo a promoção de uma sociedade aberta, benemérita, em que cada cidadão é livre para viver o seu potencial. ¹¹
New Zealand First Party (NZ First)	1994	Partido com assento mais à Direita, segundo maior representação no Parlamento, parte da solução de governo.	Partido com mensagem política de priorização da identidade nacional, da primazia dos cidadãos nacionais, da redução de máquina administrativa pública, com responsabilização dos decisores públicos, redução de impostos, aumento dos orçamentos da educação e saúde, reformas eleitorais e combate à corrupção. ¹²

Partido	Criação	Assento Parlamentar	Posicionamento Político
Te Pāti Maori (Partido Maori)	2004	Partido com assento mais central, logo após/ abaixo no hemiciclo aos partidos da governação à direita, não faz parte da solução de governo.	Partido recente, criado em 2004, entrando no mesmo ano para o parlamento, de forte influência das civilizações nativas, desde a designação às cartas de princípios, com pouca associação às descrições tipicamente utilizadas, com foco na representação e representatividade dos povos e princípios Maori, mas com grande inclusão cultural e priorização da liberdade e diversidade. ¹³
The Opportunities Party (TOP)	2017	Não elegeu deputados em 2023	Partido recente e de estrutura jovem, focado nas causas sociais e progressistas, como acessibilidade no acesso à habitação, saúde gratuita para jovens, transportes públicos, apontando um interesse em soluções orientadas para reduzir o tribalismo político e a divisão entre esquerda e direita. ¹⁴
New Zealand Loyal	2023	Não elegeu deputados em 2023	Partido formado antes das últimas eleições legislativas, com uma liderança por uma figura forte da televisão nacional, com grande ligação ao movimento anti vacinação, saído da pandemia Covid-19, associada a outras teorias da conspiração com associação a movimentos que tentaram ocupar o parlamento neozelandês em 2022. ¹⁵
NewZeal	1999	Não elegeu deputados em 2023	Partido com tendência para o conservadorismo social e económico, com 5 pilares de pensamento, a centralidade da unidade familiar, o crescimento económico contínuo e responsável, permitir o avanço da educação e inovação tecnológica, defesa da agricultura e meios rurais, patriotismo e estruturação nacional para que sejam julgadas as pessoas pelo seu carácter e não pela sua cor. ¹⁶
Aotearoa Legalise Cannabis Party	1996	Não elegeu deputados em 2023	Partido formado em relação com a causa da legalização do consumo e venda de produtos da Cannabis, para fins medicinais, comerciais e recreativos, com tendências de políticas mais à esquerda do espectro tradicional. ¹⁷

9 Para mais informações sobre o *Labour Party*, vide o sítio do Parlamento neozelandês, disponível [Em linha] em: <https://www.parliament.nz/en/mps-and-electoralates/political-parties/labour-party/> (consultado em 4 de março de 2024).

10 Para mais informações sobre o *Green Party*, vide o sítio do Parlamento neozelandês, disponível [Em linha] em: <https://www.parliament.nz/en/mps-and-electoralates/political-parties/green-party/> (consultado em 4 de março de 2024).

11 Para mais informações sobre o *ACT New Zealand*, vide o sítio do Parlamento neozelandês, disponível [Em linha] em: <https://www.parliament.nz/en/mps-and-electoralates/political-parties/act-party/> (consultado em 4 de março de 2024).

12 Para mais informações sobre o *NZ First Party* vide o sítio do Parlamento neozelandês, disponível [Em linha] em: <https://www.parliament.nz/en/mps-and-electoralates/political-parties/new-zealand-first-party/> (consultado em 4 de março de 2024).

13 Para mais informações sobre o Partido Maori (Te Pāti Māori), vide o sítio do Parlamento neozelandês, disponível [Em linha] em: <https://www.parliament.nz/en/mps-and-electoralates/political-parties/m%C4%81ori-party/> (consultado em 4 de março de 2024).

14 Para mais informações sobre o *The Opportunities Party (TOP)*, vide o sítio oficial do partido, disponível [Em linha] em: https://www.top.org.nz/about_top (consultado em 4 de março de 2024).

15 Para mais informações sobre o *New Zealand Loyal*, vide o sítio oficial do partido, disponível [Em linha] em: <https://nzloyal.org.nz/> (consultado em 4 de março de 2024).

16 Para mais informações sobre o *NewZeal* vide o sítio oficial do partido, disponível [Em linha] em: <https://newzeal.org.nz/priorities> (consultado em 4 de março de 2024).

17 Para mais informações sobre o *Aotearoa Legalise Cannabis Party*, vide o sítio oficial do partido, disponível [Em linha] em: <https://www.alcp.org.nz/policy> (consultado em 4 de março de 2024).

Partido	Criação	Assento Parlamentar	Posicionamento Político
Freedoms NZ	2003	Não elegeu deputados em 2023	Partido formado por uma união de partidos e movimentos de “libertação”, para aumento de direitos e liberdades, com políticas de redução do papel estadual, mas com preocupações ambientais e económicas atuais. ¹⁸
Democracy NZ	2022	Não elegeu deputados em 2023	Partido que se autodescreveu como centrista, resultando de uma cisão dentro do <i>National Party</i> . Todavia, no início de 2024, o partido decidiu cancelar o seu registo junto da Comissão Eleitoral da Nova Zelândia, pelo que já não é oficialmente um partido político. ¹⁹

2. Resultados Eleitorais.

Na 54.^a legislatura da Câmara dos Representantes da Nova Zelândia existem representantes (via partidos ou mandatos uninominais) de 6 forças políticas, elegendo 65 mandatos do eleitorado geral, 7 representantes Maori, e 51 deputados selecionados através das listas eleitorais. Assim, ganharam assento parlamentar o *National Party*, o *Labour Party*, o *Green Party*, o *ACT New Zealand*, o *New Zealand First Party* e o Partido Maori (*Te Pāti Māori*).

Como indicamos na parte introdutória, provindos de uma maioria relativa do *Labour Party* de Jacinda Ardern, que, entretanto, foi substituída por Chris Hipkins, o *National Party* passou a possuir o grupo parlamentar com maior representação, elegendo 48 deputados. Seguindo-se o *Labour Party*, com 34 Deputados, o *Green Party* com 15 Deputados, o *ACT New Zealand* com 11 Deputados, ficando ainda o *New Zealand First Party* com 8 Deputados, assim como 6 mandatos ganhos por círculos uninominais pelo *Te Pati Maori*.

A clara vitória do *National Party* não permitia, por si, definir os termos de Governação nesta Legislatura, portanto, sendo necessário apoio parlamentar, o qual é conseguido junto dos Partidos mais próximos da ideologia de Centro-Direita. Estes resultados determinam que o *Labour Party*, como segundo partido mais votado e fora da solução governativa, transita para a liderança da oposição. A votação dos trabalhistas baixou significativamente, passando de 65 para 34 Deputados em 2023. Tendo a restante oposição, conforme se indicou, uma posição minoritária com os verdes do *Green Party* como segunda força da oposição (terceiro partido mais votado), e com um significativo aumento na expressão de votos e em mandatos. Já o Partido Maori (*Te Pāti Māori*), que saiu reforçado em 4 deputados desde as últimas eleições, ficou colocado entre a maioria de direita e os verdes à sua esquerda na Camara dos Representantes.

Tabela de Resultados Eleitorais²⁰

Partido	Votos	(%)	Deputados - Círculos Uninominais	Deputados - Listas Partidárias	N.º total de Deputados nas Eleições de 2023 (aumenta/ diminui face a 2020)	N.º total de Deputados nas Eleições de 17 outubro de 2020
National Party	1,443,545	50.0	43	5	48 (↑)	33
Labour Party	767,540	26.91	17	17	34 (↓)	65
Green Party	330,907	11.60	3	12	15 (↑)	10
ACT New Zealand	246,473	8.64	2	9	11 (↑)	10
New Zealand First Party	173,553	6.08	-	8	8 (↑)	-
Te Pāti Māori	87,844	3.08	6	-	6 (↑)	2
The Opportunities Party (TOP)	63,344	2.22	-	-	-	-
New Zealand Loyal	34,478	1.20	-	-	-	-
NewZeal	16,126	0.56	-	-	-	-
Aotearoa Legalise Cannabis Party	13,025	0.45	-	-	-	-
Freedoms NZ	9,586	0.33	-	-	-	-
Democracy NZ	6,786	0.23	-	-	-	-
Animal Justice Party	5,018	0.17	-	-	-	-
New Conservatives	4,532	0.15	-	-	-	-
Women’s Rights Party	2,513	0.8	-	-	-	-
Leighton Baker Party	2,105	0.7	-	-	-	-
New Nation Party	1,530	0.5	-	-	-	-
Total	2,851,211	-	72	51	122 (+ 2)	120

Fonte: https://www.electionresults.govt.nz/electionresults_2023/

3. Conclusões

Os resultados obtidos na tabela *supra* apontaram para uma clara vitória para o Partido Nacional – 48 mandatos face a 34 do partido trabalhista – embora curta do ponto de vista dos cálculos parlamentares. Isto surge do facto de que embora o Partido Maori tenha elegido seis deputados em sete dos círculos eleitorais uninominais destinados à população Maori, fê-lo acima do número de votos recebidos pela lista

18 Para mais informações sobre o *Freedoms NZ*, vide o sítio oficial do partido, disponível [Em linha] em: <https://www.freedomsnz.org.nz/> (consultado em 4 de março de 2024).

19 Conforme avançado pela Comissão eleitoral da Nova Zelândia, disponível [Em linha] em: <https://elections.nz/media-and-news/2024/democracynz-no-longer-registered/> (consultado em 4 de março de 2024).

20 Conforme publicação oficial da Electoral Commission New Zealand, disponível em: https://www.electionresults.govt.nz/electionresults_2023/

partidária no círculo plurinominal nacional.²¹ Assim, nos termos do artigo 192 n.º 5 da lei eleitoral, manter-se-á o número de deputados eleitos pelos círculos uninominais acima dos mandatos atribuídos ao partido no círculo plurinominal nacional. Nesta situação, conforme se indicou previamente na análise às eleições de 17 de outubro de 2020, o Parlamento será aumentado no seu número regular, de 120, *in casu* para 122.

Neste sentido, o National Party, sem uma maioria absoluta – que neste caso teria de ser de 62 deputados – encontrou-se obrigado a encetar negociações com outros grupos parlamentares de modo a encontrar uma solução governativa. Ainda que se considerasse um governo de coligação *National* e *ACT*, cujo partido obteve 11 mandatos, o número de deputados combinado resultaria em 59, ficando a uma distância de 3 mandatos da maioria parlamentar. Foi necessária a participação do *NZ First* (8 mandatos obtidos) num governo de coligação a três, o que resultou numa maioria parlamentar com 67 deputados.

Todavia, a existência de um governo formado por três partidos levanta vários problemas de coexistência partidária, nomeadamente no que toca à questão da “co-governança” entre os habitantes de descendência europeia (*Pākehā*) e os Maori. A Nova Zelândia, um estado unitário, encontrava-se até 2023 – sob égide trabalhista – num momento de forte descentralização (através da devolução de poderes a entidades locais), justificada pela ideia de que os povos Maori devem participar na gestão de recursos, assim como a prestação de serviços públicos. Paralelo a este esforço encontra-se a presente reivindicação tribal pelo cumprimento do Tratado de Waitangi de 1840, reconhecido em vários momentos pela lei neozelandesa²², que além de equiparar os Maori aos súbditos da coroa britânica, também lhes assegura a propriedade e o governo das terras ancestrais. Todavia, esta descentralização deverá ser conjugada com esforços para aumentar a participação dos Maori na

política neozelandesa ao mais alto nível – o que poderá parecer contraditório numa primeira análise²³. O problema prende-se no facto de que nenhum dos partidos no poder parece disposto a continuar o aprofundamento na ideia de “co-governança”, tendo sido, aliás, um dos pontos essenciais do programa eleitoral do partido *NZ First*, a promessa de referendar os princípios do Tratado de Waitangi, assim como eliminar todas as referências a este tratado na legislação existente.

Por fim, não se pode ignorar, especialmente dado os resultados impressionantes que a Nova Zelândia teve no que toca ao seu modo de combater à pandemia da COVID-19, que muitas forças políticas recentes tinham posições críticas das opções políticas dos trabalhistas quanto a medidas sanitárias, em particular da vacinação obrigatória. Não será descabido entender que o mesmo eleitorado que não aderiu a estas expressões tenha decidido agora “castigar” eleitoralmente o *Labour Party* que perdeu quase metade dos seus deputados de uma legislatura para outra.

Os desafios colocados perante o novo governo neozelandês só podem ser compreendidos numa perspetiva de agudização. Por um lado, o maior parceiro comercial da Nova Zelândia – a China – demonstra claros sinais de entrada em cenário de recessão económica, o que poderá levar a um decréscimo de exportações por parte dos produtores lácteos neozelandeses. A Europa e os Estados Unidos, aliados económicos e comerciais da pequena ilha do pacífico, não estão geograficamente localizados numa posição vantajosa para que uma alteração estratégica possa compensar os custos de exportação, o potencialmente levaria até mesmo a um agravamento da situação. Todavia, por outro lado, a guerra na Ucrânia e o regime de sanções aplicadas à Rússia levaram a um decréscimo nas exportações petrolíferas por parte do gigante euroasiático, o que juntamente com o corte de produção pela Arábia Saudita visando a estabilização de preços, resultaram num aumento generalizado no preço dos combustíveis, agravado na Nova Zelândia pelo custo de transporte pago diretamente através do imposto aplicado ao combustível. Resta saber como é que o novo governo neozelandês irá gerir ambas as situações, já que possui apoio parlamentar suficiente e coerente, pelo menos do ponto de vista económico.

21 Recordamos algumas considerações importantes relativamente ao sistema proporcional misto existente na Nova Zelândia: “... há um número Deputados eleitos por círculos uninominais e um por um círculo nacional plurinominal, combinando-se desse modo, a escolha de um candidato determinado (voto numa pessoa), com a escolha de um partido político (...) encontrado o número de Deputados de cada partido, procede-se do seguinte modo: * Verifica-se quantos Deputados cada um dos partidos já elegeu nos círculos uninominais e preenchem-se, sendo isso necessário, os lugares em falta com os nomes constantes das listas apresentadas ao círculo nacional (...) Pode suceder que um partido tenha direito a menos Deputados do que aqueles que elegeu pelos círculos uninominais. Nesses casos, o partido em causa, apesar de não ter direito a eleger nenhum Deputado da sua lista partidária, pode manter os lugares suplementares (...) Com essa disposição, a lei eleitoral pretende garantir não só que a escolha uninominal seja salvaguardada, como impedir que os outros partidos sejam afectados.”, vide *supra* nota 3 op. cit. p. 236.

22 Notavelmente, a lei das empresas públicas de 1986 (*State Owned Enterprises Act* 1986) estabelece, no seu artigo 9.º, que “[n]ada na presente lei permitirá à Coroa atuar de forma inconsistente com os princípios do Tratado de Waitangi”. Estes princípios foram definidos pelo Tribunal de Apelação da Nova Zelândia (Proc. 1 NZLR 641), de onde se retira, com relevância para esta questão, o princípio através do qual a coroa governará, mas os Maori continuarão a poder autodeterminar-se no que diz respeito a questões Maori (*Kāwanatanga e tino rangatiratanga*). Indo nesse sentido, em 1989, o governo de natureza trabalhista adotou um documento apelidado de “Princípios para a atuação da Coroa relativamente ao Tratado de Waitangi” (*Principles for Crown Action on the Treaty of Waitangi*) onde desenvolveu os princípios conforme a interpretação que lhes fora dada pelo Tribunal de Apelação. Cfr. PALMER, G. – The Treaty of Waitangi – principles for Crown action. In PREBBLE, J., CRAWFORD, A., LINCOLN, L. (Org.), (2014) – *Victoria University of Wellington Legal Research Papers*, Series Palmer n.º 26. Disponível [Em linha] em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2189236 (consultado a 27 de fevereiro de 2024).

23 HAWKE, G. (2024). New year, new government for New Zealand. East Asia forum. Disponível [Em linha] em: <https://eastasiaforum.org/2024/02/02/new-year-new-government-for-new-zealand/> (Consultado a 27 de fevereiro de 2024).